

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO
reciclagem , requalificação , rearquitetura

ANAIS DO III SEMINÁRIO PROJETER

porto alegre , 24 a 26 de outubro de 2007

**ENSINO DE PROJETO E PRESERVAÇÃO:
REFLEXÕES E PRÁTICAS DIDÁTICAS.**

Maria Cristina Schicchi

Arquiteta e Urbanista, Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Rua Artur de Azevedo1231, apto 134
Pinheiros, São Paulo, Capital.
CEP: 05404013

Fone: (11) 30823771/97044145

Fax: (19) 37567088

schicchi@terra.com.br

ENSINO DE PROJETO E PRESERVAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS DIDÁTICAS.

Embora as práticas profissionais nas áreas de preservação, conservação e restauração tenham ocorrido desde o final da década de 1930, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN - e tenha se consolidado a partir do final da década de 1970, com a criação dos órgãos de preservação estaduais e municipais, os conteúdos referentes à preservação do patrimônio urbano e arquitetônico das cidades foram incorporados aos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo apenas a partir de 1996, após as discussões sobre a reestruturação curricular de 1994.

Entretanto, não há, até o momento, uma definição ao nível nacional dos conteúdos que devem ser ministrados nestas disciplinas no ensino de graduação, nem mesmo de nomenclaturas e a questão tem sido tratada com certa autonomia dentro dos currículos das escolas. Noções de teoria da restauração e de preservação de conjuntos históricos, há muito tempo já tratadas ao nível de pós-graduação, história das técnicas construtivas, história da preservação no Brasil, são conteúdos que se alternam com exercícios de simulação de intervenções em edifícios ou áreas históricas, embora estas duas abordagens nem sempre estejam presentes nessa disciplina, nos cursos de arquitetura.

Desde 1997, estes conteúdos foram tratados em cursos de especialização e em trabalhos de pesquisa de Iniciação Científica orientados por mim, na PUC-Campinas, na atividade de *TFG – Trabalho Final de Graduação* e, a partir do ano de 2004, também por meio da disciplina *Projeto e Patrimônio*, ministrada no 3º ano do curso.

Portanto, esta comunicação é a tentativa de enumerar os problemas com que nos defrontamos ao tentar recortar, neste universo de conhecimentos, os elementos essenciais para a formação (generalista) do arquiteto, que lhe possibilite discernir com segurança o novo campo de problemas que se apresenta e a postura e os instrumentos adequados para sua solução.

Palavras-chave: reabilitação, preservação, ensino de projeto.

PROJECT AND PRESERVATION TEACHING: REFLECTIONS AND DIDACTIC PRACTICES.

In spite of the occurrence of professional practices of preservation, conservation and restoration since the end of the thirties, resulting from the creation of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – and its consolidation in the end of the 70's with the creation of the state and city preservation services, the subject of the urban and architectural heritage preservation was only included in the architecture and urbanism courses curricula after 1996, after the curricular restructuring discussions of 1994.

There is not yet, however, a national definition of the contents that must be taught in these graduation teaching disciplines, not even the nomenclatures, and the issue has been dealt with some autonomy in the schools curricula. Notions of restoration theory, and historic ensembles preservation, long since taught in the postgraduate level, constructive techniques history, history of preservation in Brazil, are contents that alternate with exercises of simulated interventions in historic buildings or areas, even though these two approaches may not always be part of this discipline in the architecture courses.

Since 1997, these contents were dealt with in specialization courses and in research works of Scientific Initiation oriented by me in PUC-Campinas, in the TFG – Final Graduation Work and after 2004 and also in the discipline Project and Heritage, taught in the third year of the course.

Therefore, this communication aims at enumerating the problems we face when we try to isolate from this knowledge universe the essential elements for the (generalist) education of the architect, that allow him to discern with certitude the new body of problems that show up and the proper attitude and instruments for its solution.

Keywords: rehabilitation, preservation, project teaching.

ENSINO DE PROJETO E PRESERVAÇÃO: REFLEXÕES E PRÁTICAS DIDÁTICAS

Esta comunicação tem como intuito trazer para a discussão, neste encontro, a questão da ausência de parâmetros mínimos entre as faculdades de arquitetura e urbanismo brasileiras sobre como conduzir o ensino da preservação do patrimônio urbano e arquitetônico nos currículos de graduação. Para tal, apresento as diversas experiências de ensino que trataram desse conteúdo, nos últimos cinco anos, praticadas no curso de arquitetura e urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como forma de estimular o debate aberto sobre a questão.

As reflexões ora apresentadas, já foram por mim expostas parcialmente em outros fóruns, nacionais e internacionais, na área de preservação do patrimônio urbano e arquitetônico, e foram aqui reunidas por reconhecer nesse encontro, um espaço privilegiado de discussão das mesmas na área de ensino de projeto.¹

Embora as práticas profissionais nas áreas de preservação, conservação e restauração tenham ocorrido desde o final da década de 1930, com a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN - e tenha se consolidado a partir do final da década de 1970, com a criação dos órgãos de preservação estaduais e municipais, o ensino pròpriamente dito só foi introduzido nos currículos de arquitetura a partir de 1996, após as discussões sobre a reestruturação curricular de 1994. Esta última tratou, entre outros aspectos, da necessidade de atualizar a formação nas escolas a partir das novas dimensões apresentadas pela atuação profissional, das discussões operadas pelos eventos nacionais ENSEA/ABEA² e do sistema CREA/CONFEA³ e principalmente, em nosso caso, a introdução de novos campos de conhecimento e a uniformização de conceitos e nomenclatura de disciplinas ao nível nacional.⁴

Segundo as discussões e mais tarde a Portaria nº 1.770 –MEC, de 21 de dezembro de 1994, os currículos passariam a ter o conteúdo estruturado a partir de dois conjuntos de matérias e uma atividade final: Matérias de fundamentação, Matérias profissionais e Trabalho Final de Graduação. O

¹ Os conteúdos foram apresentados nos seguintes eventos: Tercera Bienal de Arquitectura de La Habana. El movimiento moderno, la arquitectura contemporánea y los Centros Históricos, realizada em maio de 2006 em La Habana, Cuba; XXI CLEFA (Conferência Latinoamericana de Escolas e Faculdades de Arquitetura), realizada em Loja, Equador, em novembro de 2005; XII Conferencia Internacional sobre la Conservación de Centros Históricos y Patrimonio Edificado Iberoamericano, realizado em Córdoba, Argentina, em novembro de 2004; Seminário de Habitação e Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais., realizado no Rio de Janeiro, em 2006 e com exposição no XXII Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo - ENSEA, 2004.

² ENSEA – Encontros Nacionais sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo; ABEA – Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo.

³ CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

⁴ Santos Junior, Wilson Ribeiro dos Santos. *Estudo 3. "Considerações sobre os currículos mínimos de 1969 e 1994 in "As transformações recentes no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969 -1994" TRABALHOS PROGRAMADOS.* São Paulo: FAU- Universidade de São Paulo, 2000.

ensino dos conteúdos relativos à preservação urbana e arquitetônica foi concebido como matéria profissional através de disciplina chamada “Técnicas Retrospectivas”.⁵

Nas diretrizes curriculares de Arquitetura e Urbanismo, fixadas por meio da resolução CNE/CES nº6, de 02/02/2006 - graças às sucessivas discussões realizadas pela ABEA e sua atuação junto ao Conselho - em seu parágrafo 1º, alguns parâmetros definidos para a formação foram reiterados, tais como a formação de perfil generalista, que conduz ao domínio e à abrangência de escalas, da intervenção no território ao espaço interior, e atuação frente às necessidades individuais e coletivas, e no artigo 5º, especificamente quanto ao seu papel na preservação do patrimônio urbano e arquitetônico, ao definir as competências e habilidades a partir dos “conhecimentos de teoria e de história da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo, considerando sua produção no contexto social, cultural, político e econômico e tendo como objetivo a reflexão crítica e a pesquisa”, somado ao conhecimento das “práticas projetuais e soluções tecnológicas para a preservação, conservação, restauração, reconstrução, reabilitação e reutilização de edificações, conjuntos e cidades”. Ou seja, a complexidade para se obter essa habilidade está aí definida, e por conseguinte, seu desdobramento nos projetos pedagógicos, expresso em parágrafo único:

*O projeto pedagógico deverá demonstrar claramente como o conjunto das atividades previstas garantirá o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, tendo em vista o perfil desejado, e garantindo a coexistência de relações entre teoria e prática, como forma de fortalecer o conjunto dos elementos fundamentais para aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e à prática do arquiteto e urbanista.*⁶

Entretanto, além da nomenclatura não ser a mesma em todas as faculdades, o conteúdo e sua forma de ensino também diferem de contexto para contexto. Pode-se dizer mesmo que a disciplina, sendo uma disciplina de formação profissional e recém incorporada nos currículos, é exemplar em termos de apresentar um quadro de como o ensino pode ter uma ênfase nos aspectos locais onde estão inseridas as instituições de ensino e ao mesmo tempo contemplar as teorias e práticas profissionais da área de preservação consagrados universalmente.⁷ Atualmente, a disciplina é apresentada, nos currículos das escolas, abrangendo os conteúdos de teoria do restauro de edifícios e de preservação de conjuntos e centros históricos, história das técnicas construtivas, história da preservação no Brasil, programas de preservação e conservação vigentes que, em alguns, se alternam ou são complementados com exercícios de simulação de intervenções em edifícios ou áreas históricas,

⁵ SCHICCHI, Maria Cristina.. Reabilitação de Edifícios e áreas urbanas e ensino de projeto. In XXI CLEFA 2005 EQUADOR ,Loja, Equador, 2005.

⁶ Resolução CNE/CES nº6, de 02 de fevereiro de 2006. Acesso em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces06_06.pdf

⁷ SCHICCHI, Maria Cristina. Arquitectura contemporánea y proyectos de intervención en centros históricos: desafíos de la enseñanza. In Tercera Bienal de Arquitectura da La Habana. La Habana, Cuba, maio de 2006.

embora estes dois procedimentos nem sempre tenham a mesma importância, dado a pequena carga horária disponível para a realização da disciplina.

O consenso sobre esse conteúdo e o conjunto de conhecimentos necessários para o aluno de graduação, se formador e crítico, ou especializado – não obstante a permanência do caráter generalista já citado – não passou ainda por discussões suficientes nos fóruns de preservação e mesmo nos de ensino, por estarem ausentes durante muitos anos dos currículos de arquitetura, onde eram apenas tangencialmente abordados nas disciplinas de história da arquitetura e do urbanismo e, casualmente tematizados em disciplinas de projeto ou urbanismo. Portanto, permanecem ainda como disciplinas experimentais, já que não se estabeleceu um parâmetro mais geral do que deve ser abordado para o nível de graduação.

Um aspecto agravante, é a ausência em muitos currículos dos conceitos fundamentais sobre o nosso patrimônio propriamente (e aqui me refiro não apenas ao arquitetônico ou tangível) e a história da preservação em nosso país e no mundo, conhecimentos sem os quais é impossível uma abordagem mais específica no âmbito da intervenção de projeto. Neste sentido, os conteúdos tradicionais das disciplinas de história da arquitetura e do urbanismo, por um lado, e os procedimentos adotados nas disciplinas de projeto e urbanismo para intervenção em áreas desocupadas com novos projetos ou renovação das mesmas, por outro, têm que ser revistos para que sirvam de suporte a esta nova forma de atuação de reabilitação de edifícios existentes em áreas consolidadas. Ou seja, houve um atraso na assimilação pelo ensino, dos conteúdos da área de preservação, sendo que a prática encontra-se bem avançada, e de uma forma ou de outra, no nosso caso, sempre contou com os arquitetos como protagonistas do processo.

Portanto, esta comunicação é uma tentativa de enumerar os problemas com que nos defrontamos ao tentar recortar, nesse universo de conhecimentos, aquilo que mais importaria para a formação do arquiteto, de modo que o possibilite discernir com segurança o campo de problemas que se apresentam, o caminho e os instrumentos corretos para sua solução.

O momento não poderia ser mais apropriado para fazer estes questionamentos já que tivemos recentemente a aprovação da Decisão Normativa do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia⁸ – CONFEA – definindo os arquitetos como os profissionais habilitados a exercer as atividades referentes ao patrimônio cultural e à elaboração de projeto e execução de serviços e obras de conservação, reabilitação, reconstrução e restauração em monumentos, em sítios de valor cultural

⁸ Decisão Normativa nº 080. Publicada no Diário Oficial da União em 01 de junho de 2007, seção 1, pág. 129 e 130. Acesso em: <http://www.confea.org.br/normativos/>

e em seu entorno ou ambiência, os arquitetos ou os arquitetos e urbanistas diplomados em cursos regulares e reconhecidos, sendo ainda responsável pela coordenação dos serviços complementares que forem exercidos por profissionais de outras áreas⁹.

O que poderia parecer óbvio, nem sempre era o que se praticava. Como se trata de área interdisciplinar e, portanto, presente como conteúdo e conhecimento de várias áreas do conhecimento e não necessariamente como matéria específica dos arquitetos, outros profissionais atuavam na área de restauração de edificações, já que em muitos casos, a intervenção não implicava em responsabilidade pelo projeto técnico dos edifícios (pois estavam construídos) e nem chegava a caracterizar uma reforma, apenas uma manutenção ou conservação da construção (no sentido comum do termo), bastando para tal, conhecimentos adquiridos em cursos de especialização no país ou no exterior que, em geral, incluem fundamentos de caráter interdisciplinar, inclusive para arquitetos.

Este tem sido também um problema enfrentado por nós na PUC-Campinas. A abordagem destes conteúdos foi introduzida com a disciplina “Projeto BTR (Projeto B Técnicas Retrospectivas)” a partir de 1997, com adaptação de conteúdos para uma disciplina de projeto, portanto, e nos TFG (Trabalhos Finais de Graduação). Foi também introduzida com a criação de um curso de especialização (desde 1997), nesse caso, com um viés bastante técnico, voltado para técnicas de restauração de edifícios, com toda a complexidade e interdisciplinaridade que se exige para a formação de especialistas na área.

Desde então, estes dois extremos eram tidos como parâmetros: ou se abordavam questões ligadas às técnicas de restauração, com a discussão da teoria do restauro, o estudo das técnicas construtivas, das cartas patrimoniais, dos instrumentos de preservação tanto do edifício quanto de áreas urbanas, ou se abordava a questão de uma forma genérica, muitas vezes apenas tangenciando a presença física do edifício histórico, inserindo novos projetos em áreas consolidadas, mas ainda estimulando uma postura auto-referente do novo, com total autonomia da ação criativa sobre a paisagem antiga constituída.

Num rápido levantamento pelas ementas dos cursos de arquitetura brasileiros¹⁰, constatei que a maioria das ementas das disciplinas de preservação do patrimônio, em geral com o nome de

⁹ O texto reproduz o artigo 3º e 4º e parágrafo único da mesma decisão.

¹⁰ Os cursos de arquitetura brasileiros levantados através de suas páginas eletrônicas: Universidade de São Paulo (campi São Paulo e São Carlos), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Nacional de Brasília, Fundação Armando Alvarez Penteadado (FAAP), Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Universidade Mackenzie, Universidade São Judas.

“Técnicas Retrospectivas” ou similares, não têm uma abordagem dos conteúdos visando uma intervenção de projeto. A partir das questões já enunciadas aqui, podemos inferir que o motivo não é somente a ausência de consenso sobre como abordar estes conteúdos na graduação.

O ensino de projeto marcado, pela herança de ensino implantado pelos arquitetos da geração do pós-guerra, e que no nosso caso se traduz pela influência dos preceitos modernos, sempre se pautou por exercícios de síntese a partir da definição de problemas, de invenção de programas e finalmente, proposição de soluções formais determinadas por parâmetros do pensamento artístico, do qual deriva, em última instância, a origem mais remota da profissão.

O núcleo de disciplinas profissionalizantes dos cursos de arquitetura e urbanismo também foi nitidamente estruturado por conjuntos de disciplinas com pressupostos às vezes antagônicos, como os que nortearam as disciplinas de planejamento urbano nas décadas de 1960/70 e parte da de 1980, especificamente no caso brasileiro, abrangendo o período de ditadura militar, onde houve um movimento de engajamento dos intelectuais e alinhamento com as disciplinas de planejamento, tidas como “mais críticas” em contraste com as de projeto, tidas como “mais pragmáticas” e baseadas na atuação individual ou autoral dos arquitetos.

O resultado desta dicotomia foi pelo menos 40 anos de ensino e de disseminação de ensino de projeto¹¹ baseados na atuação individual do arquiteto, no seu total poder de definição das variáveis e domínio sobre os desígnios de seus projetos, e interpretação dos desígnios do espaço e do coletivo que o habita. Esta visão criou uma forma de fazer e ensinar que atribuiu ao projeto mais importância de fato do que à construção, atribuiu mais importância à reflexão prospectiva do que à ação sobre o território, esta última, o principal objetivo das disciplinas de planejamento.

Posto isto, progrediu o exercício da utopia nos ateliês de projeto, em contrapartida a uma atuação concreta no mercado de construção, incorporando avanços tecnológicos e novos parâmetros estéticos, que contestavam os pressupostos modernos na prática, mas que não constituíam nenhuma mudança epistemológica para a profissão e o ensino.

Os cursos de arquitetura estrangeiros levantados foram: Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Paris La Villette, Paris – Belle Ville, Paris – Malaquais, Paris – Val de Seine, Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Universitario di Architettura di Venezia, Università degli Studi di Firenze, Universidad de Bio Bio (Chile), Facultad de Arquitectura, Planeamiento y Diseño – Universidad Nacional de Rosario, Argentina, Facultad de Construcciones – Universidad de Oriente (Cuba).

¹¹ A partir de meados dos anos 1980, implantou-se ao nível federal, uma política de democratização do acesso ao ensino superior privado. In SCHICCHI, Maria Cristina. Reabilitação de Edifícios e áreas urbanas e ensino de projeto. XXI CLEFA 2005 EQUADOR, Loja, Equador, 2005.

Em outro sentido, as disciplinas de história se especializaram na abordagem apenas da história da arquitetura e não incluíram a do urbanismo. É recente a retomada dos estudos e pesquisas nesta área e, conseqüentemente, a constituição de disciplinas específicas nos cursos de arquitetura (meados da década de 80). A história da urbanização, por sua vez, antecedia e era tratada no âmbito das disciplinas de planejamento urbano e geralmente tinha um viés bastante teórico.

O propósito dessa digressão, entretanto, é o de apontar a mudança no enfoque das discussões sobre as antigas disciplinas e seus alinhamentos.

Durante os anos 1980/90 houve um processo de assimilação dos padrões impostos pelo mercado e pela mídia, muitas vezes estrangeira, de países mais desenvolvidos que, em contrapartida, também possibilitou um rompimento com a visão endógena e paralisante moderna que imperava anteriormente, ainda que isto tenha acarretado um deslocamento de enfrentamento dos problemas reais de nossas cidades e imposto um discurso e uma resposta padrão para as mais diversas situações de cidades sob a égide das novas demandas do processo de globalização econômica e cultural.

O aspecto positivo, a meu ver, foi a retomada da discussão do desenvolvimento urbano, trazendo os centros tradicionais de cidades para o foco. A proposição de reabilitação de centros históricos, preteridos até a década de 90, diante de processos acelerados de crescimentos periféricos, de novos padrões de arquitetura urbana e surgimento de novas centralidades¹², trouxe um conjunto significativo de antigos problemas exigindo novas soluções para atender uma demanda crescente de investimentos públicos e privados, que encontrou nos contextos consolidados e edifícios conservados a possibilidade de aplicar recursos, resgatar prestígio e valor a partir da identificação de ações com os novos paradigmas de desenvolvimento com sustentabilidade.

A inversão de preocupações, ou seja, da criação de novos espaços, novas cidades, para a de preservar áreas urbanas, cidades históricas, incluir tais áreas em planos diretores e construir instrumentos urbanísticos aplicáveis ao planejamento e à preservação - e não apenas ao crescimento e expansão - são reflexos deste processo. Até a década de 1980 não tínhamos, no Brasil, instrumentos de indução de recuperação de áreas urbanas, exceto as isenções de impostos, associadas à preservação por níveis. Os programas de gestão de cidades históricas também surgiram a partir desta década. O que tínhamos anteriormente era a preservação através do

¹² SCHICCHI, Maria Cristina. *Posfácio. Local ou Global: o centro como princípio*. In *Urbanismo: Dossiê São Paulo-Rio de Janeiro*. São Paulo: PUC-Campinas/UFRJ, 2003, pág. 305.

tombamento de edificações isoladas, que no máximo incluíam os trezentos metros de entorno sob proteção, por decreto.¹³

A mudança no enfoque da preservação, do edifício isolado para os contextos de áreas consolidadas, em muitos casos, não necessariamente históricas, trouxe com ela a mudança de escala de intervenção dos projetos. Os procedimentos e métodos que envolvem a produção de projetos urbanos, que como projetos e não planos, têm que se valer de um desenho e de uma definição dos espaços na escala de um setor urbano produziram, no sentido inverso, a inclusão de novos parâmetros para o ensino e a aprendizagem de projeto na universidade.

Diante disto, em nossa experiência de introdução da disciplina “Projeto e Patrimônio” em 2004, na graduação, no 7º e 8º semestres, procuramos discernir o que deveria ser próprio para a formação do arquiteto, de forma que o aluno pudesse utilizar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas tradicionais de história da arquitetura e do urbanismo e operar com os métodos próprios de qualquer disciplina de projeto e de projeto urbano, procurando com isto sinalizar a especificidade de um projeto de reabilitação urbana e arquitetônica e ao mesmo tempo não apresentá-lo como um tema de especialistas, cuja atuação dependeria de conhecimentos técnicos complexos (abordagem mais apropriada para a formação de pós-graduação) aproximando os alunos do interesse contemporâneo desta discussão, em um contexto de retomada do desenvolvimento a partir de centros urbanos históricos e de reabilitação de edifícios para os mais diversos usos.

A experiência que apresentamos a seguir é o resultado desta disciplina e dos Trabalhos Finais de Graduação realizados a partir de 2003, que se constituíram a partir dessa experiência. Projeto e Patrimônio é uma disciplina em que optamos por apresentar os conteúdos conceituais e teóricos apontados anteriormente como elementos de informação para as intervenções com projetos, da escala urbana à escala do edifício.

DISCIPLINA PROJETO E PATRIMÔNIO

O trabalho decorreu de uma linha de abordagem do projeto urbano que parte do reconhecimento do interesse de preservação de áreas e conjuntos urbanos de centros históricos, nesse caso, aplicada ao caso do centro da cidade de Campinas, que se tornou objeto permanente para o exercício da pesquisa e intervenção de projeto dos alunos da FAU PUC-Campinas.

¹³ Idem, pág.301.

Foram propostas as estratégias de intervenção sobre o patrimônio urbano do centro histórico da cidade a partir de conceitos como revitalização, re-qualificação, reabilitação que, em comum, respondem à demanda contemporânea de retomada do centro das cidades em seu estado de pós-industrialização, em cujo ambiente encontramos um conjunto de estruturas como traçados, edifícios e conjuntos urbanos, que adquiriram, pelo tempo, pela apropriação, pelo uso, pela diversidade, qualidade e ordem, um valor inestimável como recurso. Não raras vezes, porém, os edifícios remanescentes de outros períodos encontram-se defasados e obsoletos em termos de sua estrutura física para atender à demanda de novas necessidades ou inadequados para os usos que demandam de sua re-apropriação por uma população distinta daquela para a qual os edifícios foram construídos. Particularmente, no caso de Campinas, o centro, elemento unitário e íntegro em outros períodos, após anos de expansão periférica e desdobramento em sub-centralidades, hoje se encontra fragmentado e desvitalizado em algumas áreas, tendo também se popularizado, o que resultou numa total falta de interesse dos governos em investir na área, contribuindo para a degeneração de seu tecido, cuja recomposição e re-qualificação demandam uma discussão da relação entre arquitetura e cidade, que compreende a revisão de certos padrões arquitetônicos e urbanísticos perpetuados pelos planos e leis vigentes, definição de prioridades de investimentos e o resgate de sua imagem e identidade perante a própria população.¹⁴

O desenvolvimento da cidade de Campinas, ao longo dos dois últimos séculos, teve muita semelhança com o da maioria das cidades médias paulistas e, guardadas as proporções, com os processos urbanos ocorridos na própria capital, a Cidade de São Paulo. Entre outros fatores comuns, destacamos o fato de ser uma cidade interior, de ter tido um grande desenvolvimento dentro do ciclo econômico do café e ter sofrido intervenções idênticas às de São Paulo: as intervenções visando a higienização (durante a febre amarela), a instalação e expansão do transporte ferroviário e logo após a estruturação de áreas de habitação operária ao redor do centro e, em seguida, em áreas periféricas, já em meio a um processo de industrialização após a crise de 1929.

A desvalorização do transporte ferroviário por uma política que deu primazia ao rodoviário, nos anos 1960/70, a verticalização, a derrubada de antigos casarões e sua substituição por edifícios de escritórios, bem como o desequilíbrio de investimentos públicos e privados no território urbano, deram origem às periferias irregulares, auto-construídas. Sucede-se a isto o abandono do centro pelas elites e a proliferação de condomínios fechados autônomos ao sabor dos interesses privados e da

¹⁴ SCHICCHI, Maria Cristina. LUZ, Vera. CABRAL, Fernando. Reabilitação de centros urbanos em grandes cidades: Intervenções em edifícios e áreas de interesse histórico e cultural. O caso de Campinas. In XII Conferencia Internacional sobre la Conservación de Centros Históricos y Patrimonio Edificado Iberoamericano, realizado em Córdoba, Argentina, em novembro de 2004.

especulação imobiliária, gerando uma cidade de expansionismo desenfreado e quase que incontrolável pela legislação.

A despeito dessas condições, generalizáveis relativamente para outras metrópoles brasileiras, a cidade de Campinas mantém-se como centro regional de inegável importância. Com o esvaziamento do caráter industrial das áreas urbanas centrais, que têm como tendência uma expansão do setor terciário, persiste no entanto, contemporaneamente, a dinâmica do centro, lugar de inegável vitalidade, hoje, popularizado, dotado de infraestrutura, alta acessibilidade, com disposição de serviços e comércio característicos e, sobretudo, capaz de manter um acervo significativo e insubstituível de valor simbólico e histórico inestimável que, somado ao crescimento econômico da cidade tornou-a sede de uma região metropolitana. Com estas características potenciais o centro pode certamente ser alvo de estratégias de reabilitação, recuperação e resgate.

No caso da disciplina de Projeto e Patrimônio e dos Trabalhos Finais de Graduação, o objetivo era ensinar ao aluno os elementos de fundamentação para a prática projetual pautada por parâmetros de preservação da escala do edifício à escala urbana, ou seja, a concepção do projeto é o elemento condutor do processo de aprendizagem. Portanto, os aspectos teóricos, legais, científicos e tecnológicos voltados para a detecção, preservação, conservação e reabilitação de bens arquitetônicos de valor patrimonial informariam as decisões de projeto. Eram apresentados os documentos referenciais preservacionistas (cartas patrimoniais), a legislação específica no âmbito nacional e internacional, a abordagem das esferas institucionais de competência de preservação nos diversos níveis de gestão (IPHAN, CONDEPHAAT, DPHs municipais) e os instrumentos de intervenção urbanísticos que podem ser utilizados na preservação de sítios e edifícios históricos (Estatuto da Cidade).

Entendíamos que a relação entre arquitetura e cidade, historicamente, e em seu estado atual, a partir da relação expressa na dualidade “singularidade e generalização” era a mais relevante como discussão e forma de estimular o desenvolvimento do projeto.

O Plano de reabilitação e o Projeto Urbano

Após a discussão de critérios para definição do perímetro do centro histórico, os alunos realizavam uma análise dos diversos setores deste centro e áreas características, tais como áreas de comércio especializado, áreas de comércio geral ou local, áreas predominantemente residenciais ou com uma concentração de edifícios institucionais, verticalizadas, efetuando uma análise que exigia um apuro na leitura e reconhecimento da paisagem existente. Após a definição e caracterização destes setores, os alunos elaboravam um plano de reabilitação para a área do centro histórico, em termos de

diretrizes e de definição de projetos especiais de intervenção. Nesta elaboração eram discutidas e explicitadas as semelhanças e diferenças entre o centro de Campinas e o de outras cidades brasileiras e estrangeiras. O resultado é um reconhecimento de alguns aspectos comuns a todas, dados pelo nosso processo de urbanização e pelo modelo de planejamento praticado durante a segunda metade do século passado e outros, muito característicos de Campinas, como o baixo adensamento, o menor porte dos edifícios históricos remanescentes, em meio a uma paisagem construída bastante heterogênea, resultado de sobreposições e substituições de edificações ao longo do tempo (processo que, em parte, também caracteriza as cidades latino americanas com o mesmo porte).

Dentre os projetos especiais de intervenção, os alunos elegiam apenas uma ação prioritária, que deveria ser elaborada em equipe, e concebida como a ação que iniciaria o processo de intervenção para requalificação da área central, capaz de induzir outras atividades ou desencadear mudanças no perímetro como um todo. Os alunos, então, desenvolviam um projeto urbano completo da área selecionada, com proposta de desenho e indicação da legislação e outros instrumentos para viabilizar sua implementação. Trabalhávamos, neste momento, a compreensão da capacidade indutora e, ao mesmo tempo, o limite de alcance dos projetos.

A intervenção sobre área específica ou edifício de interesse histórico

Definido o projeto para a área, eram escolhidos os edifícios objetos de intervenção, individualmente, pelos alunos. Para a definição de princípios de intervenção eram discutidas as questões relativas à área em que o edifício ou lote estavam inseridos, tais como a possibilidade de justaposição, continuidade contextual etc e, em relação ao edifício, questões como autenticidade, reversibilidade etc.

Para a definição de programa eram trabalhadas as noções de valor (histórico, artístico, de uso, para a memória, etc) e os fatores de obsolescência (material, estrutural, funcional, legal, locacional), a compreensão dos diferentes atores sociais que participam da definição do destino da área e do edifício. Eram abordados os fundamentos de cultura e identidade relacionados aos aspectos singulares do patrimônio cultural, a história do desenvolvimento das teorias do restauro e o estado atual da questão.

A discussão destes conteúdos deveria ocorrer em paralelo à prática de projeto em atelier, com visitas a campo, na área de intervenção e em aulas expositivas e seminários.

O trabalho de Iniciação Científica contribuindo para a síntese projetual

Além da experiência de ensino praticada através dessas disciplinas. Para essa comunicação, gostaríamos de acrescentar os desdobramentos de trabalhos de Iniciação Científica com alunos da graduação, sobre temas relacionados ao patrimônio urbano e arquitetônico¹⁵, as quais precederam os trabalhos finais e, em alguns casos, a disciplina de Projeto e Patrimônio, e possibilitaram avanços no ensino e aprendizagem de problemas e temas complexos em arquitetura e urbanismo, especificamente, nesse caso, às questões relacionadas com a preservação urbana e arquitetônica.

Com os trabalhos de Iniciação Científica voltados para estudos mais aprofundados sobre a realidade do centro histórico da cidade de Campinas e de outras cidades paulistas, como Santos e São Paulo, e seus conjuntos de valor histórico, ou sobre edifícios ou setores específicos desses conjuntos, foi possível a alguns alunos chegar a propostas de projetos finais de intervenção na realidade, com abordagens mais completas, pois puderam ser precedidas por pesquisas exaustivas sobre o estado atual da estrutura física e dos aspectos econômico-sociais que afetam o centro e a cidade como um todo.

Baseando-se em informações precisas sobre o espaço, pode-se identificar e mapear os diversos usos, atividades e formas de apropriação dos espaços ou edifícios existentes. Os levantamentos, em geral, resultaram em mapas detalhados, onde foram pesquisadas e coletadas informações sobre os usos, as atividades, o estado de conservação, os gabaritos, os vazios urbanos, os bens patrimoniais e seus entornos, valor das propriedades, elementos cuja leitura e análise propiciaram a compreensão da dinâmica urbana destas áreas. Estas bases possibilitaram a leitura de várias instâncias que concorreram para a redefinição, estagnação e/ou capacidade de suporte da estruturas físicas dos centros analisados.

Portanto, além de apresentar uma coleção dos trabalhos de diversos alunos, desenvolvidos nas disciplinas propriamente, apresento alguns exemplos de seqüências de trabalhos de um mesmo aluno, iniciando por apresentar suas pesquisas acadêmicas e depois seus projetos de intervenção em edifícios ou setores do centro histórico de Campinas.

EXEMPLO 1

Neste primeiro caso, a proposta final de projeto de área habitacional para a área de pátio desativada, preservando os galpões remanescentes da ferrovia, foi precedida por dois projetos de Iniciação Científica, realizados pela aluna, concluídos, respectivamente, em 2004 e 2005.

¹⁵ Atualmente, estes alunos fazem parte do grupo de pesquisa Patrimônio Urbano e Arquitetônico das Cidades Paulistas, do qual sou líder.

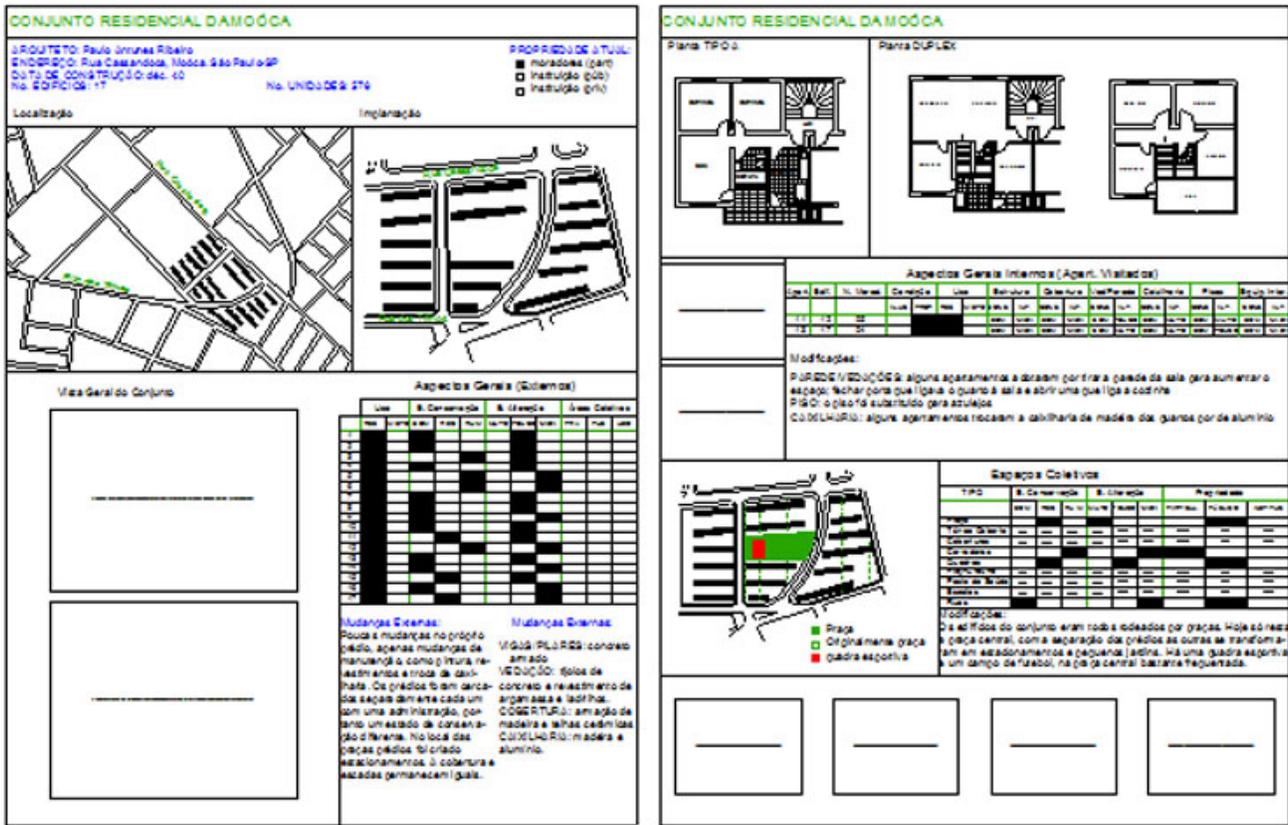
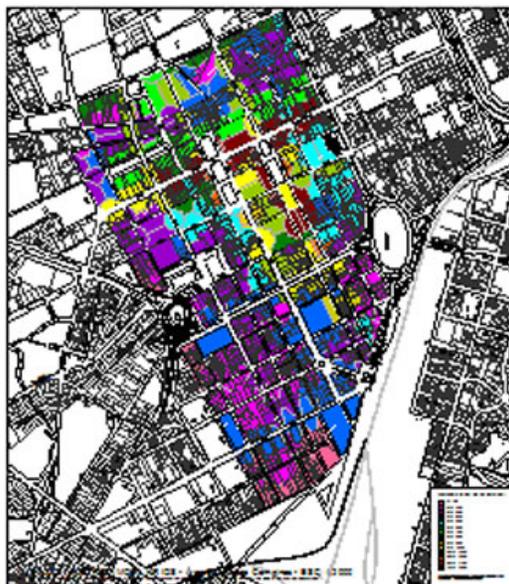
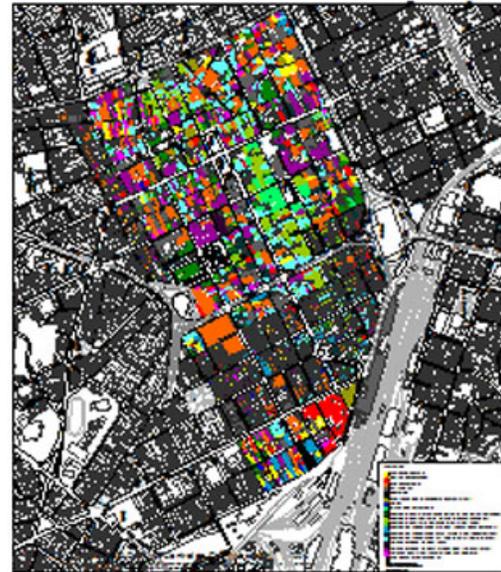


Figura 1. Aluna Carolina Gutmann: Modelo de ficha feita para o levantamento no trabalho de Iniciação Científica “Estado atual dos conjuntos habitacionais construídos pelos IAPs em São Paulo: aspectos de projeto”, financiado pela PUC-Campinas, concluído em 2004.

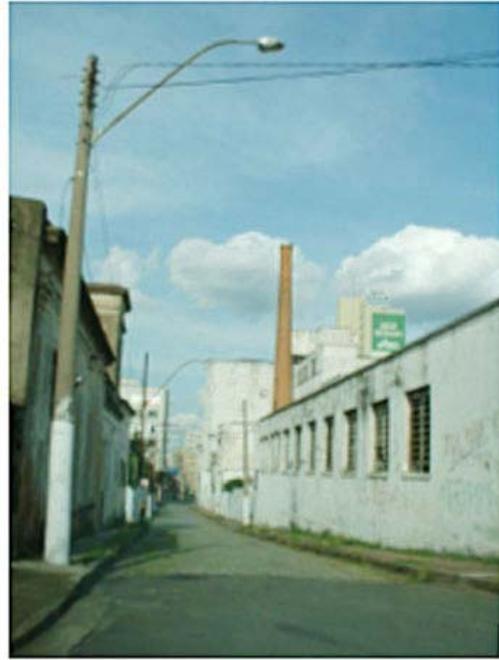
Mapa Valor Imobiliário



Mapa Uso do Solo



Figs. 2 e 3. Mapas com os levantamentos de dados sobre a área central de Campinas realizados na Pesquisa de Iniciação Científica “Reabilitação de edifícios e áreas urbanas para habitação. O caso de Campinas”, realizada pela aluna Carolina Gutmann, financiado pela FAPESP, concluída em 2005.



Figs. 5 e 6. Fotos da área envoltória da Estação Central no Centro de Campinas. (Foto da autora)



Fig. 7. Foto da maquete de projeto proposto no Trabalho Final de Graduação da aluna CAROLINA SUMAQUERO GUTMANN, em 2005, sob o tema “Projeto de área habitação para requalificação de vazios remanecentes da área ferroviária de Campinas”.



Foto 8. Implantação do conjunto na area do pátio ferroviário.



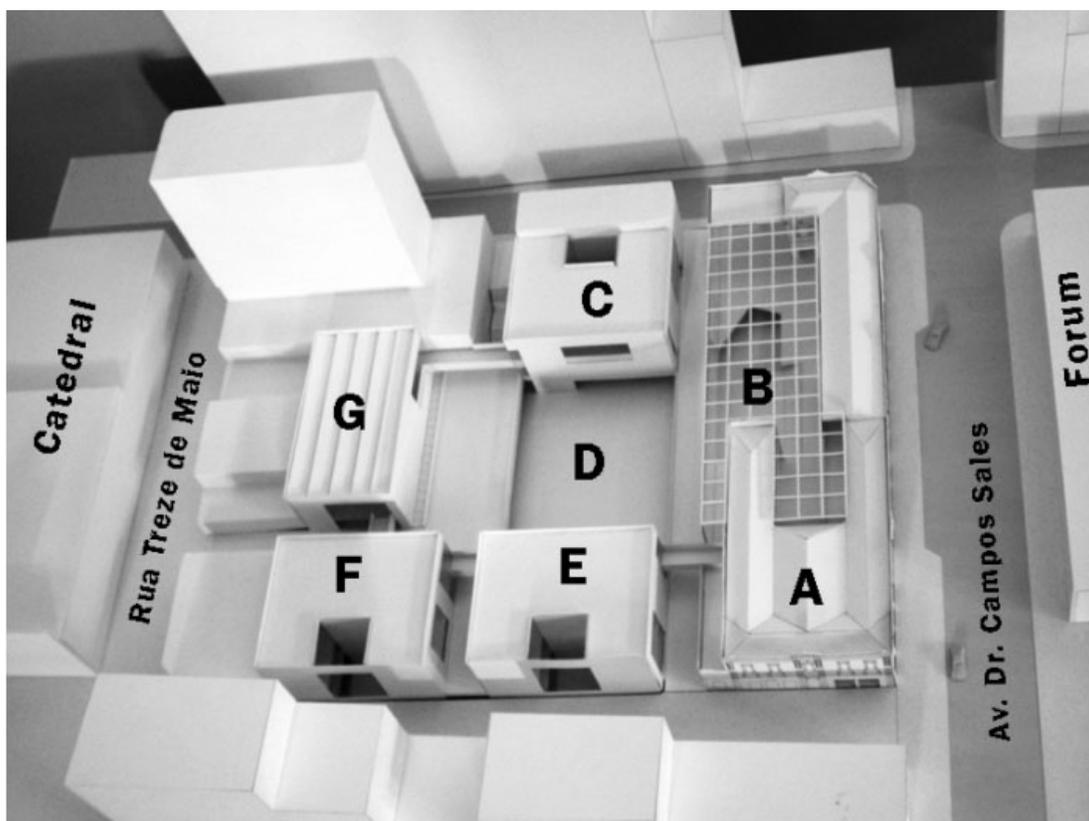
Foto 9. Corte AA.



Foto 10. Elevação

EXEMPLO 2

A aluna propôs um projeto de edifício para uma faculdade de arquitetura e urbanismo, para o TFG, inserindo-o no miolo de quadra central e preservando o edifício histórico denominado Antigo Hotel Vitória.



A.Edifício Histórico B.Livraria/Informática C.Serviços/Administração/Aulas
D.Pátio Central E.Laborat/ Bibliot./ Aulas F.Laborat/ Bibliot./ Aulas
G.Auditório/Aulas

Foto 11. Implantação/Foto da maquete. Projeto de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no Centro de Campinas ocupando e reabilitando interior de quadra, realizado pela aluna Manoela Abreu Netto, em 2003.

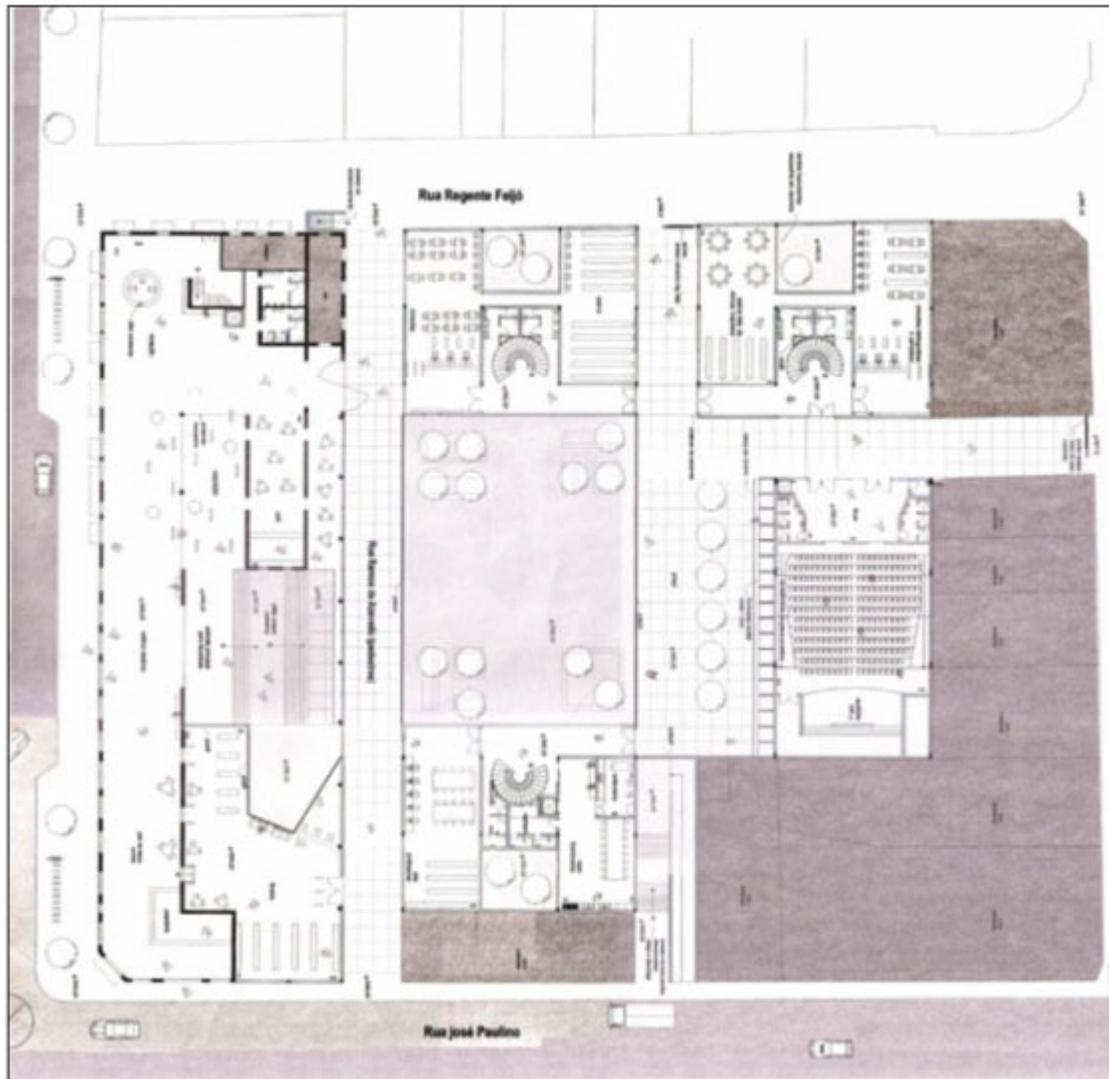


Fig. 12. Implantação

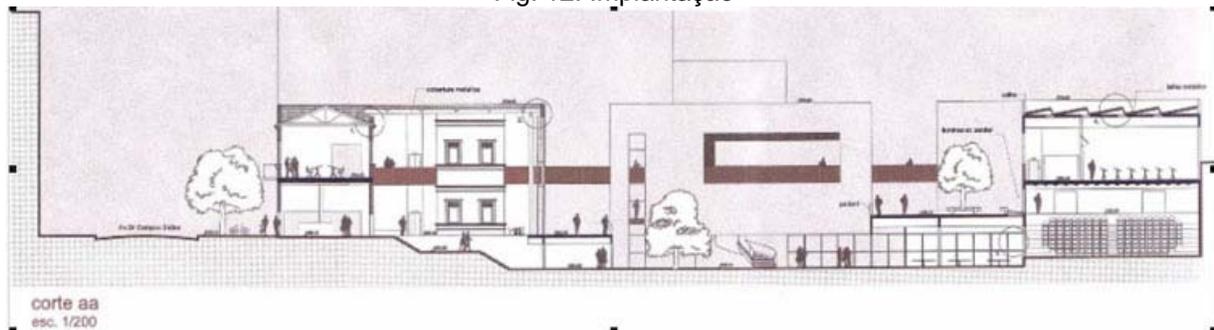


Fig. 13. Corte BB

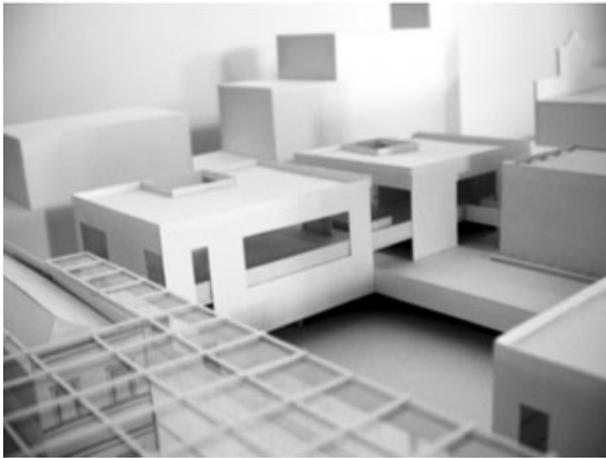


Fig.14. Fotos da maquete.

EXEMPLO 3

Neste exemplo, o aluno propôs, para a disciplina Projeto e Patrimônio, uma adição a um edifício histórico central, o Hotel Roque de Marco, repropoendo seu uso e ampliando o programa inicial através do novo edifício.

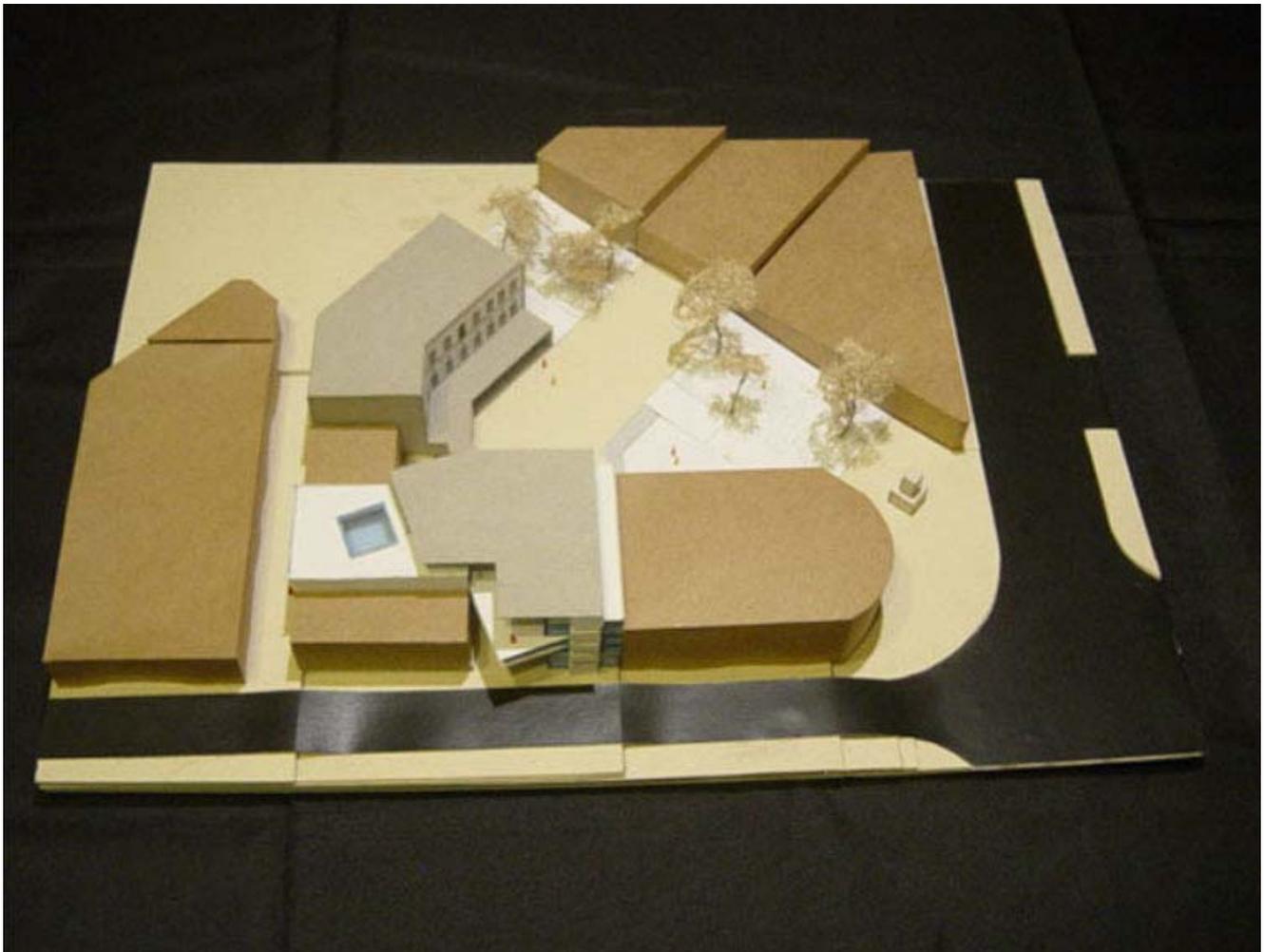
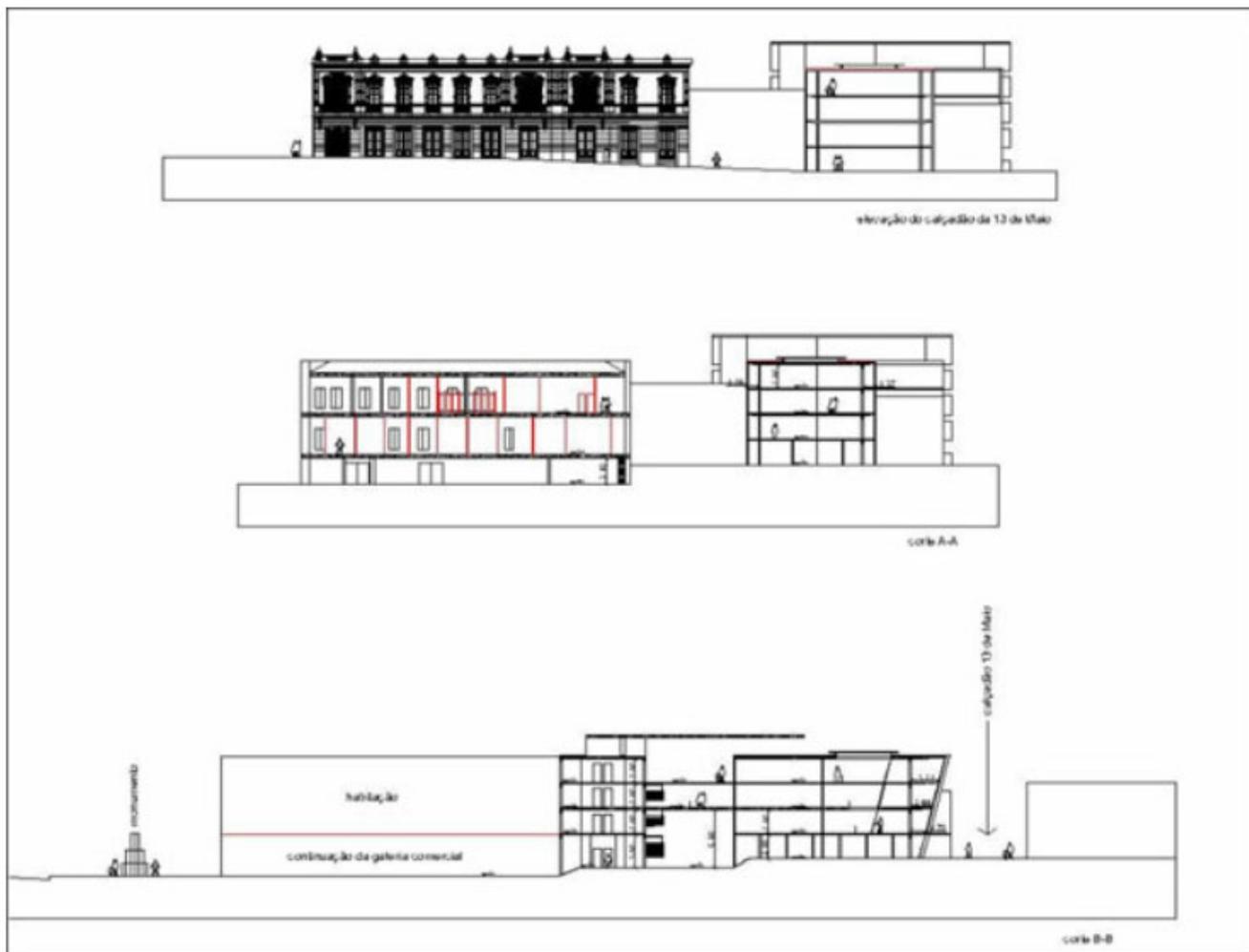


Fig. 15. Proposta de projeto de Edifício Comercial no interior de quadra central do centro e como adição ao edifício histórico do Hotel Roque de Marco, realizado na disciplina Projeto e Patrimônio pelo aluno Fabiano Sartori, em 2004. Foto da maquete.



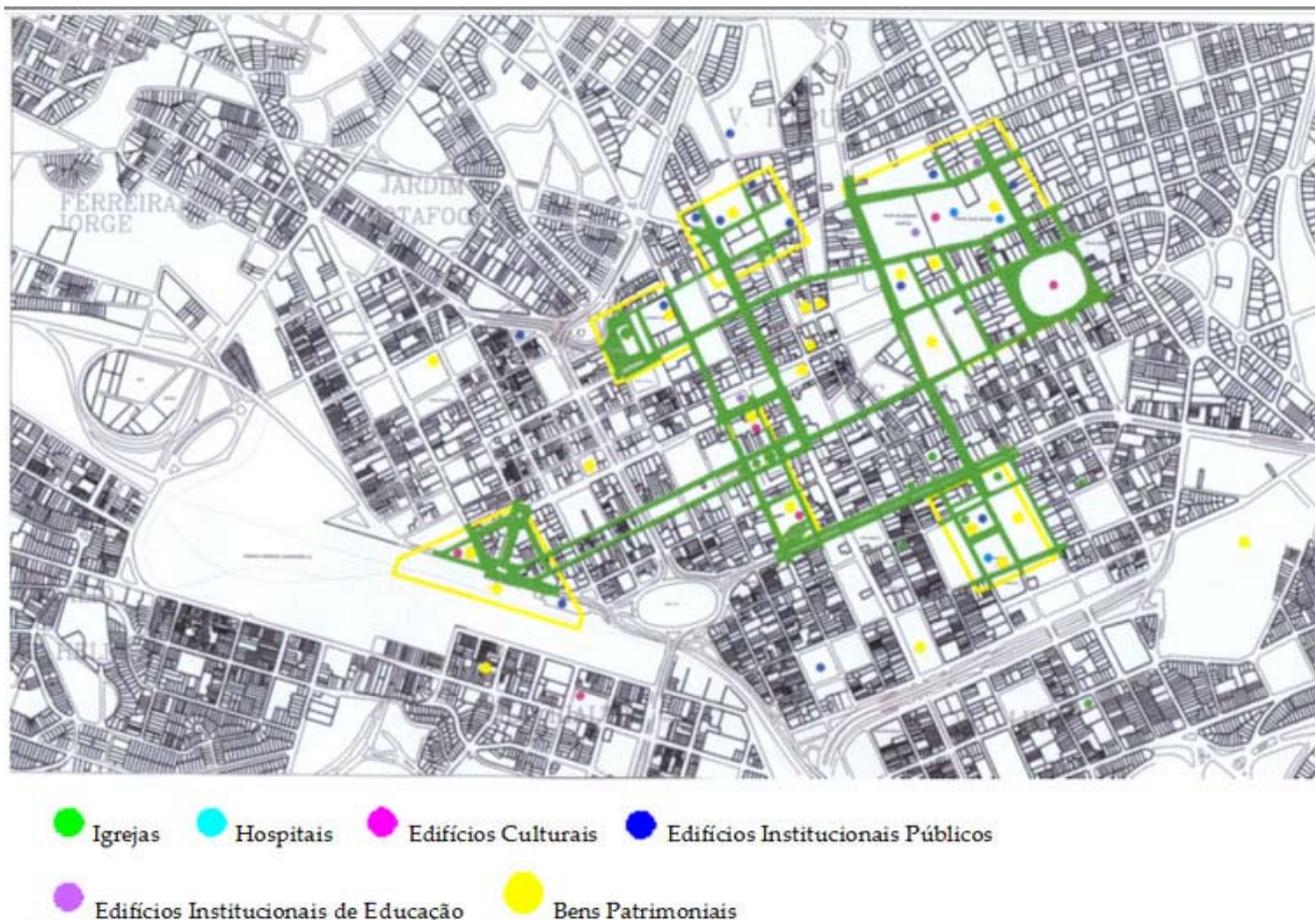
Figs. 16 e 17. Implantação e cortes transversais.

EXEMPLO 4

A aluna propôs a reestruturação de uma quadra central da cidade, com preservação do edifício histórico Roque de Marco e pesquisa de usos típicos de áreas centrais, como forma de estabelecer um método de simulação e controle de projeto. Este trabalho de TFG foi precedido por uma pesquisa de IC sobre o principal edifício da cidade, a Catedral Metropolitana.



Figs. 18 e 19. Fotos da Catedral e praça principal do Centro de Campinas, parte do levantamento do trabalho de Iniciação Científica da aluna Paula Marques Braga “Catedral Metropolitana de Campinas: Quando um edifício contempla a história da Cidade”, financiado pela FAPESP, concluído em 2005.



bFig. 20. Mapa com localização dos edifícios principais e percursos de pedestres na área central de Campinas, realizado no Trabalho Final de Graduação da aluna Paula Marques Braga, concluído em 2005.



Fig. 21. Implantação de projeto de edifício multifuncional em quadra urbana do centro de Campinas, proposto em trabalho de TFG, concluído em 2005.

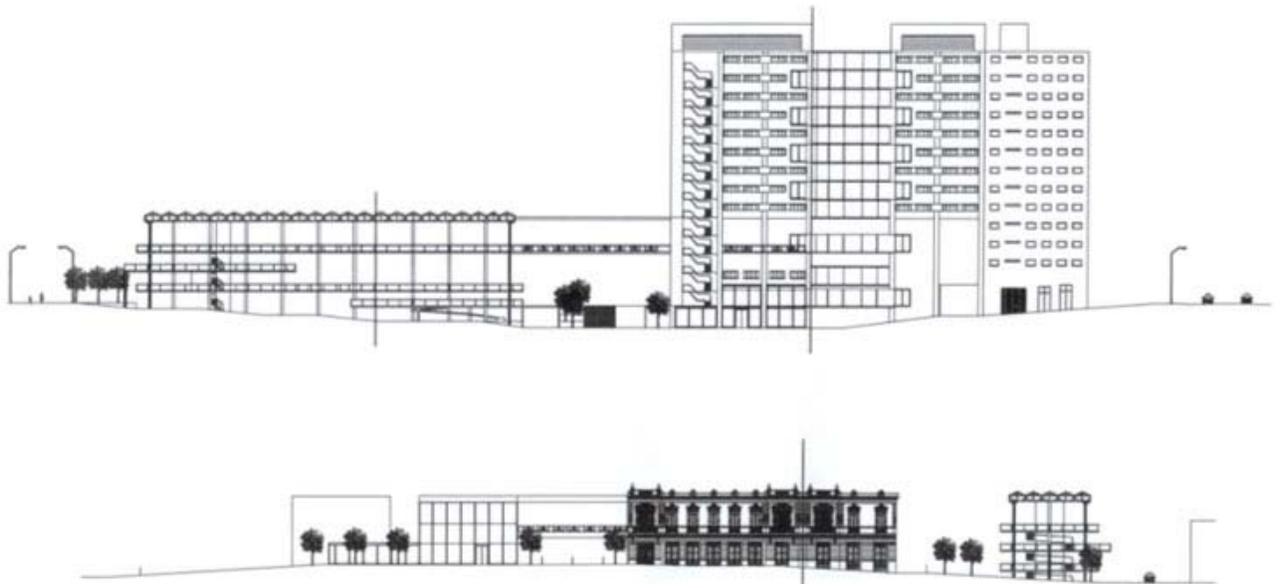


Fig. 22. Cortes e elevações.

EXEMPLO 5

A aluna propôs, para o TFG, um projeto de edifício habitacional com programa múltiplo, de kitnetes e repúblicas de estudantes a apartamentos de dois dormitórios, como forma de recompor um vazio urbano na área central de Campinas.



Fig.23 e 24. Fotos da área de intervenção de projeto de edifício habitacional em quadra vazia do centro da cidade de Campinas, da aluna Caren Piza, realizado em TFG, concluído em 2005.

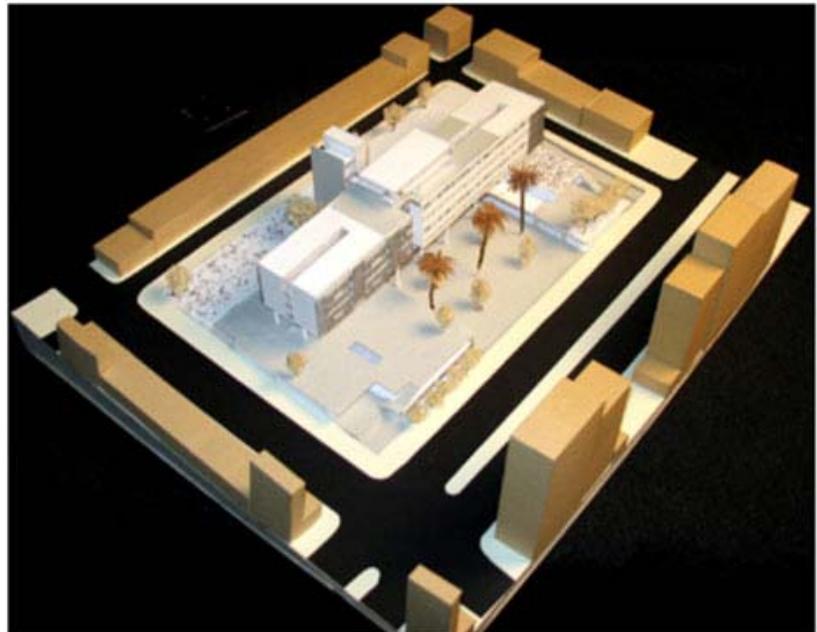
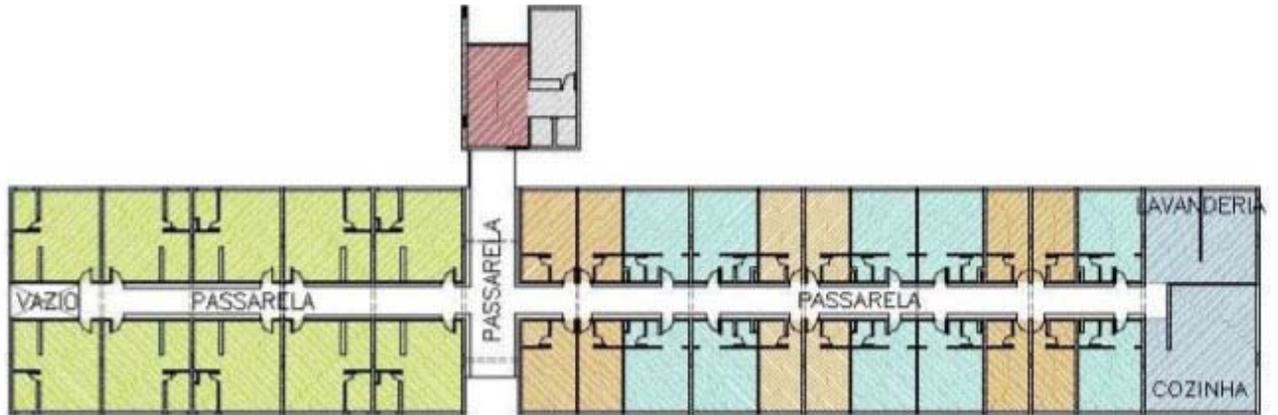


Fig. 24 e 26. Implantação e foto da maquete de implantação.



PAVIMENTO TIPO – 3º AO 6º PAVIMENTO
 APARTAMENTOS, QUARTOS E SERVIÇOS COLETIVOS

Fig. 27. Planta dos apartamentos.



Fig. 28. Implantação.



CORTE AA

Fig.29. Corte AA



CORTE BB

Fig.30. Corte BB



Fig. 31. Foto da maquete.

CONCLUSÕES

O trabalho elaborado da forma como foi exposto demandou a inserção constante dos alunos nas áreas estudadas, pela própria necessidade de constituição de um conhecimento do objeto de projeto e, às vezes antes, como objeto de pesquisa, no caso do trabalho de Iniciação Científica. O fato de ser uma área consolidada demandou mais do que uma única visita “in situ” e o registro fotográfico do terreno (vago, em geral, nos exercícios tradicionais de projeto) como referência para as etapas de projeto, exigindo sucessivas idas a campo para confirmar hipóteses - após consulta à documentação existente em órgãos de preservação, na prefeitura – para entender como se estabeleceram as relações de uso e apropriação, que são múltiplas e diversas durante os dias da semana e distintos horários do dia, e para compreender o porte e as necessidades específicas de intervenção na cidade de Campinas, comparativamente, diferente de São Paulo e de Santos, ou Paris, Berlim e Buenos Aires. O contato com os diversos agentes envolvidos na área ou edifícios escolhidos, gerou uma cumplicidade de desejos (para além da volição dos estudantes) e, portanto, estabeleceu novos parâmetros para os programas.

O passo seguinte e necessário, entretanto, é a incorporação do tema “intervenção no edifício construído– reabilitação” como tema de projeto, a ser introduzido de forma difusa e diluída nos conteúdos dos exercícios de projeto em vários anos, ao longo do curso, a partir de intervenção em edifícios existentes, não necessariamente históricos. Nesse sentido, as habilidades necessárias aos egressos dos cursos de arquitetura e urbanismo para atuar com a área de preservação do patrimônio urbano e arquitetônico, não teriam que ser trabalhadas apenas por uma disciplina específica, de forma pontual no currículo, mas se conformariam a partir de um conjunto de saberes contemplados por mais de uma disciplina.

Concluo afirmando que, ainda que não se tenham estabelecido parâmetros nacionais para os conteúdos das disciplinas que abordam a preservação urbana e arquitetônica nos currículos de arquitetura, as experiências resultantes das diversas disciplinas já em andamento, se pensadas no conjunto, poderiam fornecer o corpo de conteúdos básicos para tal, nos aspectos que possam contribuir para a formação específica do arquiteto, sem perder do horizonte o caráter de sua formação generalista. Em contrapartida, seria importante que continuasse possibilitando as ênfases necessárias de conteúdos, diferenciadas de contexto para contexto.

Entretanto, sem a intenção de generalizar ou apontar direções, como afirmei no início, a partir de nossa própria experiência, sugiro que tenham como diretriz comum, a culminação deste aprendizado na abordagem a partir do exercício de intervenção de projeto, como forma de garantir para a formação dos alunos a necessária síntese entre teoria e prática, proposta nas diretrizes aprovadas.

E, finalmente, é possível antever que o projeto de intervenção sobre contextos históricos assim formulado, por si só, pode ser um laboratório constante para o surgimento de novos procedimentos de ensino de projeto, envolvendo tecnologia de conservação, de construção, história e teoria da preservação como disciplinas integradas ao desenho, sem prejuízo para o aprendizado destes conteúdos também em disciplinas específicas e autônomas.

BIBLIOGRAFIA

ARANTES, Antonio Augusto (Org). *Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

BRAGA, Paula. SCHICCHI, Maria Cristina. *Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da Cidade*. In REVISTA CPC nº3, v.n.3, novembro/abril de 2007. Universidade de São Paulo.

CHADOIN, Olivier." L'Architecte coordonnateur entre originalité et ordre". In *Les Annales de la recherche urbaine*, 88: "Dès métiers qui font la ville". Paris, 2000.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio* - São Paulo: Ed. Unesp/Estação Liberdade, 2001.

DE GRACIA, Francisco. *Construir en lo construido. La arquitectura como modificación*. Hondarribia: Editorial NEREA, 1992

HARVARD DESIGN MAGAZINE. *Durability and Ephemerality*. Cambridge: Harvard University Graduate School, 1997.

HUET, Bernard. *L'Architecture Contre la Ville*. In AMC Revue D'Architecture nº14. Paris, decembre 1986.

MOTTA, Lia, SILVA, Maria Beatriz Resende (Org.). *Inventários de Identificação: Um Panorama da Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN/Ministério da Cultura, 1998.

REVISTA ÓCULUM ENSAIOS. *Campinas: História do Urbanismo*. Campinas: FAU PUC-Campinas, jan.2002

SANTOS Jr., Wilson Ribeiro dos. *Estudo 3. "Considerações sobre os currículos mínimos de 1969 e 1994* in "As transformações recentes no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969 - 1994".TRABALHOS PROGRAMADOS. São Paulo: FAU- Universidade de São Paulo, 2000.

SCHICCHI, M. Cristina, BENFATTI, Dênio. *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Número Especial Revista Oculum Ensaios. Campinas/ Rio de Janeiro: PUC-Campinas/UFRJ, 2003.

SIMON, Philippe. *Additions d'Architecture*. Paris: Éditions du Pavillon de l'Arsenal, 1996.

TIESDELL, Steven, OC, Taner, HEATH, Tim. *Revitalizing Historic Urban Quarters*. Oxford: Architectural Press, 1996.